

CARTA DE MARABÁ

No momento em que o Enep é realizado pela primeira vez na região Norte do Brasil, a tragédia climática já emite sinais de que o futuro da humanidade está em risco. Em 2023, uma enorme seca na região amazônica afetou a vida de milhares de pessoas, e chuvas torrenciais no Sul do país, que se repetiram no início de 2024, igualmente dizimaram vidas e condições de existência de milhares de pessoas. O modelo de desenvolvimento brasileiro dá sinais de sua incapacidade em frear e solucionar a crise climática que está em curso.

A realização da COP30 na Amazônia parece constituir um esforço dos causadores da crise climática em eximir-se de sua culpa e propor soluções pela via do mercado sem combater sua principal causa, que é o capitalismo, que, sabemos, mata, mas, agora também sabemos, põe em risco o futuro da humanidade. O modelo de acumulação capitalista em vigor na região amazônica tem a mineração e o agro-negócio como principais vetores, e seus resultados são amplamente conhecidos: degradação e conflitos socioambientais, silenciamento e destruição dos modos de vida tradicionais, concentração fundiária e de renda, violência no campo, espoliação da riqueza. A possibilidade de ampliação da exploração do petróleo na Amazônia e a consequente mobilização produtiva necessária para isso trarão grandes impactos socioambientais na megabiodiversidade da região, podendo acentuar as vulnerabilidades das comunidades e povos tradicionais. O avanço

do capital fóssil em plena emergência climática evidencia essa contradição inadmissível.

Por outro lado, não temos sequer vislumbrado por parte do governo federal alternativas concretas e estruturais para o enfrentamento desses problemas. As contradições do modelo econômico vigente se acentuam e se explicitam. Em particular, as políticas de austeridade continuam constituindo os princípios norteadores da política econômica. O assim chamado Regime Fiscal Sustentável, cuja validade se iniciou em 2024, tem mostrado em tão pouco tempo os seus limites em recompor o orçamento público na educação e na ciência e tecnologia, e em outras políticas públicas importantes. O arcabouço estrangula também qualquer esforço de enfrentamento da própria crise ambiental. Na agenda política, a ameaça de extinção dos pisos constitucionais em educação e saúde e de supressão de outros direitos, inclusive os previdenciários, vai se impondo, atestando a incompatibilidade do arcabouço fiscal com as necessidades do povo brasileiro e os desafios climáticos.

Outra prova disso é que, no momento em que o XXIX Enep é realizado, a educação federal – incluindo docentes, técnicos-administrativos e também o corpo discente – está em greve por recomposição salarial, pela reestruturação das carreiras de docentes e técnicos-administrativos, pela recomposição orçamentária, principalmente para a pasta da Educação, e por melhores condições de permanência na Universidade para os discentes. Especialmente entre as universidades federais, a greve tem a adesão de 57 seções sindicais da base da Andes (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), além de institutos federais e centros federais de educação superior.

A Sociedade Brasileira de Economia Política reafirma a sua missão enquanto sociedade científica de apresentar-se como um espaço de reflexão crítica, congregando a produção de saber científico no campo das ciências sociais, e sua importância cresce neste momento trágico e decisivo da humanidade. E, como não poderia deixar de ser, a construção desse debate crítico

não pode prescindir do envolvimento da produção científica realizada nos centros de pesquisa localizados na Amazônia brasileira. E, especialmente, apontar que o enfrentamento dessas questões deve ser construído em um diálogo direto com os povos diretamente afetados pela tragédia climática, e que têm nas suas lutas sociais saberes específicos que devem ter sua relevância reconhecida na construção das alternativas de futuro.